

Sumário

Número de notícias: 12 | Número de veículos: 9

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Plataformas digitais pedem mais prazo para se adaptar à reforma tributária..... 2

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

150 vezes maior que o PIX: entenda a plataforma que a Receita Federal prepara para a reforma tributária 4

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sucessão patrimonial não planejada pode subtrair até 20% da herança..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reforma do Estado de bem-estar social amplia tensões na Europa..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

MP do IOF foi ao Legislativo com "gordura" e mudanças não preocupam.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda mapeia fintechs para "secar" fluxo de bet ilegal.....12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Supremo valida Selic para correção de dívidas civis.....14

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

MASSACRE - APOSENTADOS..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Banco Central deve manter Selic em 15%.....18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Similaridades entre BC e Fed - HENRIQUE MEIRELLES..... 20

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Entre a política e a economia - CARLOS ALBERTO SARDENBERG..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

O pesado impacto do risco fiscal sobre os juros de longo prazo - SERGIO LAMUCCI..... 22

Plataformas digitais pedem mais prazo para se adaptar à reforma tributária

Eduardo Cucolo

Uma coalizão de três entidades que representam plataformas digitais e serviços de streaming pede mais prazo para que essas empresas possam se adaptar às novas regras de emissão de documentos fiscais trazidas pela **reforma tributária**. A avaliação é que é impossível implementar todas as exigências até 1º de janeiro de 2026, quando o novo sistema começa a rodar.

Atualmente, essas empresas estão em regimes especiais que permitem emitir uma única nota fiscal abarcando diversas operações. Com a reforma, é necessário que haja um documento individual para cada transação, com informações sobre CPF e CEP do cliente, por exemplo.

Essas companhias também apontam que a reforma não está totalmente regulamentada -o que significa que nem todas as regras estão definidas- e que não se sabe ainda qual será o formato dos novos documentos fiscais, nem se haverá outras obrigações acessórias.

A coalizão reúne Amobitec (Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia), Strima e camara-e.net. Elas representam empresas como 99, Alibaba, Amazon, Google, iFood, Meta, Netflix, Shein e Uber.

Esses setores pedem que seja estabelecido um prazo de adaptação das obrigações acessórias, além da aceitação dos documentos fiscais atualmente emitidos e da suspensão temporária de penalidades nesse período.

No próximo ano, as empresas terão de cumprir novas obrigações fiscais para que seja possível calcular a alíquota que será aplicada a partir de 2027 para manter a carga tributária atual. Para o consumidor não há mudança em 2026, pois não haverá pagamento dos novos **tributos**. A empresa que não emitir a nota fiscal no novo formato, no entanto, estará sujeita a penalidades e terá de fazer o recolhimento.

Um levantamento da coalizão estima que a nova exigência resultaria na emissão de mais de 26,4 bilhões de documentos fiscais por ano das maiores empresas desses setores. Atualmente esse número está na casa de centenas de milhares.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O diretor-executivo da Amobitec, André Porto, afirma que o setor é favorável à **reforma tributária** e diz que estabelecer um período de transição para as notas fiscais dessas empresas não prejudica o cronograma de implantação do novo sistema.

"Para 1º de janeiro de 2026, é impossível deixar isso de pé. Se não tivermos uma solução que nos traga segurança jurídica até dezembro, vai ser uma chuva de judicialização para não cumprir obrigação acessória, porque ninguém quer correr o risco de tomar uma multa da Receita."

Ele também afirma que não está claro se os sistemas do governo são capazes de lidar com um aumento tão grande no número de notas fiscais.

A coalizão já conseguiu avançar com o tema no Legislativo. O relatório do segundo projeto de regulamentação da reforma (PLP 108/2024), divulgado na semana passada, prevê que o comitê formado por estados e municípios poderá permitir a emissão de documentos fiscais consolidados, para fins de simplificação.

As empresas do setor ainda buscam incluir suas outras demandas sobre o tema no texto, que pode ser votado na próxima quarta-feira (17) na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado.

A reforma alterou o local da arrecadação da origem (onde está a empresa) para o destino (onde está o consumidor), mas a emissão dos documentos fiscais continuará a ser feita no local da sede da empresa.

É necessário que os sistemas dos municípios estejam preparados para o aumento do número de notas de prestadores de serviços.

As administrações municipais também têm como opção aderir ao portal nacional da NFS-e (Nota Fiscal de Serviços Eletrônica), o que exigiria mais capacidade de processamento do repositório nacional.

Quase metade dos municípios brasileiros ainda não

aderiu ao novo sistema. Dados divulgados até o dia 11 de setembro apontam 2.557 cadastrados. Eles representam cerca de 70% do volume total de emissões de NFS-e do país.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/09/platafor-mas-digitais-pedem-mais-prazo-para-se-adaptar-a-reforma-tributaria.shtml>

150 vezes maior que o PIX: entenda a plataforma que a Receita Federal prepara para a reforma tributária

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

A **Receita Federal** informou nesta semana que prepara uma plataforma tecnológica inédita no mundo para operacionalizar os pagamentos dos **impostos** sobre produtos e serviços.

De acordo com o Fisco, o sistema será 150 vezes maior do que o PIX - ferramenta de transferências em tempo real do Banco Central. Por ele, transitarão cerca de 70 bilhões de documentos anualmente.

Milhares de pessoas - envolvendo técnicos da **Receita Federal**, desenvolvedores contratados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), interlocutores do mercado financeiro e até engenheiros das big techs (gigantes de tecnologia) - trabalham para viabilizar a ferramenta.

Por que essa plataforma está sendo criada?

O novo sistema está sendo criado para viabilizar e estruturar o pagamento dos futuros **impostos** sobre valor agregado, previstos na **reforma tributária** sobre o consumo (aprovada em 2024 pelo Congresso Nacional, e sancionada no início deste ano pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva).

A reforma prevê que serão criados dois **tributos** (CBS e IBS) para ficar no lugar dos atuais PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. Além disso, também haverá um imposto seletivo (conhecido como imposto do pecado) para produtos com externalidades negativas, ou seja, que geram danos à saúde e ao meio ambiente. Cigarros e bebidas alcoólicas serão sobretaxados.

Na **reforma tributária** aprovada pelo Congresso Nacional, os futuros IVAs (CBS federal, IBS estadual e municipal) serão não cumulativos, ou seja, os **impostos** não incidirão sobre valores tributários já pagos em etapas anteriores da cadeia produtiva. E os valores serão cobrados no destino, ou seja, onde os produtos e serviços são consumidos.

Por que ela vai reduzir a sonegação?

A expectativa do governo, e de tributaristas, é de que

a nova plataforma reduza a sonegação por conta, principalmente, do chamado split payment - que é o cálculo, e recolhimento imediato, dos futuros **impostos** sobre o valor agregado do governo, estados e municípios quando o pagamento for eletrônico.

A **Receita Federal** não divulga estimativas, mas o tributarista Lucas Ribeiro, fundador e CEO da ROIT, empresa de tecnologia focada em soluções para a **reforma tributária**, aponta que o split payment pode permitir ao governo federal arrecadar de R\$ 400 bilhões a R\$ 500 bilhões a mais por ano - cifras equivalentes à sonegação fiscal.

Segundo o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, a nova plataforma não vai significar aumento da fiscalização, mas sim melhora.

Vai aumentar imposto?

Uma das premissas da **reforma tributária** aprovada pelo Congresso Nacional é que não haja aumento da carga tributária sobre o consumo no Brasil, que já é elevada na comparação com o resto do mundo - algo que penaliza, principalmente, a população de baixa renda (que paga proporcionalmente mais imposto).

Alguns setores, entretanto, como o de serviços, alegam que pode haver aumento de sua carga de **tributos**, pois eles não são intensivos e mão de obra e não conseguem realizar tantos abatimentos (**impostos** pagos em outras etapas da cadeia) quando a indústria, por exemplo - que será beneficiada.

A **reforma tributária** prevê que as alíquotas dos futuros **impostos** serão ajustadas para manter o atual peso dos **tributos** sobre o consumo no Brasil. Até o momento, a previsão é de a alíquota de referência brasileira (cobrada da maior parte das empresas, que não contam com exceções) seja uma das maiores do mundo.

O que o sistema que está sendo preparado pela Receita faz é recolher os futuros **impostos** sobre o consumo, calcular e permitir o abatimento de **tributos** pagos em cadeias anteriores da produção e, também, viabilizar o cálculo do cashback para a população de

baixa renda (devolução de parte dos **tributos** pagos).

Embora o novo sistema tributário sobre o consumo feche brechas à sonegação fiscal e, com isso, arrecade mais por um lado, também está previsto na **reforma tributária** uma desoneração completa dos investimentos e das exportações - algo que vai gerar perda de arrecadação por outro. Isso também será levado em conta na hora de calcular a futura alíquota do imposto sobre o consumo.

??Quem vai utilizá-la?

As empresas que vendem produtos e serviços usarão a plataforma, assim que ela estiver operacional. O foco da **Receita Federal** são as empresas que realizam compras e vendas de produtos e serviços entre si, no chamado business to business .

??Quando ela vai começar a operar?

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/09/15/150-vezes-maior-que-o-pix-entenda-a-plataforma-que-a-receita-federal-prepara-para-a-reforma-tributaria.ghtml>

Sucessão patrimonial não planejada pode subtrair até 20% da herança

JEAN MENDES

A ausência de um planejamento de sucessão patrimonial pode resultar na perda de 10% a 20% do patrimônio a ser herdado, segundo especialistas. As opiniões variam dentro desse intervalo: Carlos Eduardo Fernandes, líder de Planejamento Patrimonial da Blue3 Investimentos, afirma que os gastos ficam entre 10% e 20%; Jonas Carneiro, responsável pelo planejamento sucessório na Petrópolis Invest-XP, também estima que essas perdas giram em torno de 15% e 20%; e Dennys Rosini, diretor de Produtos da Prudential do Brasil, calcula que esses custos variam entre 12% e 15%.

Entre os principais custos desses processos estão o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), variando de 4% a 8% conforme o Estado, além de honorários advocatícios, custos judiciais e taxas cartoriais. Especialistas consultados destacam que um processo sucessório bem estruturado pode proporcionar eficiência tributária e ajudar na preservação do patrimônio para futuras gerações.

Entre as ferramentas mais recomendadas para esse processo, estão o seguro de vida, sobre o qual não incide o Imposto de Renda (IR), e a previdência privada do tipo VGBL, cuja alíquota de IR pode chegar a 10%. Ambos produtos têm outra vantagem: não passam pelo processo de inventário e podem ser acessados de forma mais rápida pelos herdeiros. Essa condição em si já garante uma boa eficiência tributária, segundo Jonas Carneiro, responsável pelo planejamento sucessório da Petrópolis Invest-XP.

Despesas Entre os principais custos desses processos estão o ITCMD, de até 8%, além de honorários advocatícios

Rosini comenta que o seguro de vida é uma ferramenta essencial para garantir liquidez imediata aos beneficiários, permitindo que eles recebam uma indenização em dinheiro sem passar pelo "processo lento e burocrático de um inventário e custos com **impostos**".

Na sua visão, esse recurso garante a estabilidade financeira da família e permite que eles lidem com o luto sem a pressão de dívidas e problemas administrativos. "Nesse sentido, o seguro de vida se

torna parte de uma estratégia de proteção patrimonial mais ampla, pois, o planejamento sucessório é uma forma de pensar além da própria vida, assegurando um legado positivo para os familiares".

SUCESSÃO EM VIDA. A advogada do Candido Martins Cukier, Maria Paula Molinar, recomenda realizar parte da sucessão ainda em vida, permitindo que o proprietário dos bens possa arcar com parte dos **impostos**, aliviando os herdeiros desse fardo.

Ela explica que, do total a ser transmitido para as futuras gerações, o titular dos recursos deve obrigatoriamente destinar 50% aos herdeiros necessários, que podem ser filhos, cônjuges ou pais, se ainda estiverem vivos. Os outros 50% têm destinação livre.

No escritório, alguns clientes optam por destinar os 50% de destinação livre diretamente aos filhos, segundo Molinar. Ela explica que, com essa decisão, evita-se pagar o ITCMD duas vezes: primeiro, no falecimento do titular dos bens e direitos, e depois, quando o cônjuge também vier a falecer.

Fernandes, da Blue3, acredita que o processo de transferência de riqueza traz várias oportunidades e desafios para as gestoras de patrimônio. Entre as oportunidades, destaca-se a chance de oferecer mais produtos e serviços, já que as novas gerações estão mais dispostas a ouvir os consultores, de acordo com o líder de Planejamento Patrimonial da Blue3 Investimentos.

Ele diz que essas gerações tendem a ser mais abertas à inovação e a diversificar mais seus investimentos e soluções. Por outro lado, ele enxerga como um desafio o que chama de "menor lealdade dos clientes", o que exige uma maior adaptação por parte dos consultores.

O responsável pelo planejamento sucessório da Petrópolis Invest-XP, afirma que, famílias com patrimônios em torno de R\$ 10 milhões já consideram essencial um planejamento sucessório estruturado. A EQI Investimentos destaca que clientes com esse perfil patrimonial frequentemente possuem um total de cerca de R\$ 50 milhões, tornando o planejamento fundamental.

TRANSFERÊNCIA. O estudo Navigating the Future of

Wealth 2024 da Multipolitan prevê que as gerações Y e Z herdarão aproximadamente US\$ 84 trilhões globalmente até 2045, marcando a maior transferência de riqueza intergeracional da história.

Isso levanta a questão: estão essas gerações preparadas para gerir essas fortunas? Eduardo Fernandes alerta que a falta de preparo entre herdeiros é preocupante no Brasil, agravada pela tendência de casais terem filhos mais tarde, resultando em herdeiros jovens e sem a experiência necessária para administrar recursos familiares.

DESINTERESSE. Molinar observa que muitos herdeiros não têm interesse em gerir o patrimônio herdado após a perda dos patriarcas, mas não abrem mão dos recursos. Com frequência, a gestão de empresas e investimentos é terceirizada, enquanto os ativos permanecem no núcleo familiar.

Já para Finelli, que possui 28 anos no mercado de sucessão patrimonial, afirma que percebe um contraste entre famílias do interior do Brasil, que geralmente mantêm seus negócios dentro do grupo familiar, e os herdeiros dos grandes centros, que preferem seguir caminhos próprios, sem abrir mão dos recursos herdados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma do Estado de bem-estar social amplia tensões na Europa

Humberto Saccomandi Para o Valor, de São Paulo

O Estado de bem-estar social, um pilar do modelo socioeconômico europeu, está sob intenso ataque, tanto interno como externo. A necessidade de reformar o modelo, para reduzir custos e dar mais competitividade à economia, é um dos principais desafios políticos no continente. O premiê da Alemanha disse recentemente que o modelo atual é insustentável. Mas a crescente fragmentação política torna ainda mais difícil enfrentar esse desafio. Uma proposta de cortes de gasto social gerou protestos e derrubou o premiê da França na semana passada. As divergências e a tensão em relação à reforma dos benefícios sociais serão um tema dominante da política europeia nos próximos anos.

Vigente em quase toda a Europa (ainda que com diferenças de país a país), o Estado de bem-estar social é um modelo no qual o Estado assume responsabilidade central em garantir proteção social ampla à população. Ele combina economia de mercado com forte intervenção pública, oferecendo políticas universais de saúde, educação, previdência, seguro-desemprego, habitação e outros serviços sociais. A lógica é reduzir desigualdades, proteger cidadãos contra riscos da vida (doença, velhice, desemprego, pobreza) e promover coesão social. Isso implica um nível elevado de gasto público, que precisa ser financiado com **impostos** maiores do que em outras partes.

O desafio interno desse modelo é demográfico, ou seja, estrutural. O envelhecimento da população na Europa implica em gastos cada vez maiores com saúde e aposentadorias. Por outro lado, a queda na natalidade reduz a população economicamente ativa, que financia esses gastos. Resultado: é cada vez mais difícil de fechar essa conta. E os jovens se sentem prejudicados, por terem de financiar para os mais velhos benefícios sociais de que eles provavelmente não terão.

Além disso, há fatores conjunturais. Durante a pandemia de covid-19, os países europeus (como quase todo o mundo) elevaram o gasto social, para proteger suas populações dos efeitos econômicos. Muitos agora têm dificuldade de voltar aos níveis de gasto anteriores. É o caso da França, que continua com déficit público acima de 5% do **PIB**. A regra da

zona do euro (flexibilizada na pandemia) prevê um teto de 3% de déficit.

Já os desafios externos ao modelo de bem-estar social europeu têm nome: China, Rússia e EUA.

O processo de globalização e, principalmente, a ascensão da China trouxeram um desafio ao sistema produtivo europeu. Empresas migraram para a China (e, mais recentemente, para outros países) em busca de mão de obra barata, mas também atrás de menos **impostos**. Para melhorar sua competitividade global, os europeus tiveram de reduzir a carga fiscal das empresas. A média da taxa corporativa nos países da União Europeia (UE) passou do pico de 36,8%, em 1995, para 22,2% em 2025, segundo dados da Comissão Europeia. Isso significou uma forte redução da contribuição das empresas para financiar o gasto social. O resultado foi a necessidade, ao longo desse período, de cortar benefícios, como fez a Alemanha em 2003. Isso, porém, gerou tensões e insatisfação social, o que acabou favorecendo o surgimento de partidos populistas e uma fragmentação maior do quadro político.

Então veio o desafio da Rússia. A Europa mantinha boas relações com Moscou até 2014, quando o presidente Vladimir Putin ordenou a invasão da Crimeia. E continuou dependendo do gás barato russo para mover o seu sistema produtivo até 2022, quando Putin atacou a Ucrânia, o que levou a um rompimento de relações. Desde então, o custo da energia em boa parte da Europa subiu, prejudicando a competitividade.

Além disso, a crescente percepção de que a Rússia é um risco à segurança europeia está fazendo com que os países europeus tenham de gastar mais com defesa. Em 2014, o gasto militar total dos países da UE foi de 189 bilhões. Em 2024, passou a 343 bilhões. E deve continuar subindo nos próximos anos. Na cúpula deste ano da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental), os países-membros assumiram o compromisso de gastar 5% do **PIB** com defesa (a maioria hoje gasta em torno de 2%).

Assim, uma parcela crescente do orçamento dos países europeus terá de ser direcionado para o gasto militar. Isso terá de ser financiado ou por aumento de arrecadação (o que é difícil) ou por corte de outros

gastos. E o alvo mais óbvio para cortes é o gasto social.

Foi justamente a proposta de cortar gastos sociais para reduzir o déficit público que derrubou na semana passada o premiê da França, o direitista François Bayrou, após uma onda nacional de protestos chamada Bloquear Tudo, que deve se estender nesta semana, inclusive com a paralisação de voos nesta quinta-feira.

Uma proposta de cortes de gasto social gerou protestos e derrubou o premiê da França

Por fim, o desafio dos EUA. Ainda no governo de Joe Biden, Washington deu uma guinada e adotou um programa agressivo de política industrial, com generosos de subsídios para atrair empresas para o país, especialmente em setores estratégicos, como os de tecnologia verde. Isso fez com que a UE respondesse com seus próprios programas de incentivos, como o Green Deal Industrial Plan, de 2023, que deve exigir gastos de 1 trilhão em uma década.

Donald Trump ampliou ainda mais a pressão sobre o gasto social europeu. Primeiro com a exigência de que os europeus gastassem mais com a própria defesa e assumissem o financiamento à Ucrânia na guerra com a Rússia. Em seguida, com o seu tarifaço global, Trump tomou ainda mais agressiva a busca por atrair produção e empregos para os EUA, em prejuízo dos parceiros comerciais. Além disso, o presidente americano e o seu movimento ultraconservador são inimigos declarados do modelo de Estado de bem-estar social europeu. Julgam que ele desincentiva o trabalho e a responsabilidade individual, dá poderes excessivos ao Estado e exige **impostos** elevados, justamente o contrário do que quer Trump. Essa oposição ideológica fez crescer o apoio da direita americana a partidos europeus que se opõem ou que buscam conter o modelo de bem-estar social, como o Alternativa para a Alemanha (AfD), hoje o maior partido de oposição alemão.

A crise na França mostra como a fragmentação da política europeia, com o aumento do número de partidos e coalizões de governo cada vez mais frágeis, torna mais difícil chegar a consensos sobre o que fazer. Sem uma maioria clara e funcional no Parlamento, a França teve cinco premiês nos últimos dois anos. A agência de classificação de risco Fitch citou essa instabilidade política ao reduzir o rating da dívida francesa, na semana passada. "A derrota do governo em um voto de confiança ilustra a crescente fragmentação e polarização da política interna", afirmou a Fitch em **comunicado**. "Essa instabilidade enfraquece a capacidade do sistema político de

proporcionar uma consolidação fiscal substancial."

Essas tensões em relação à reforma do modelo assistencialista devem marcar a política europeia nos próximos anos. Na Alemanha, há o risco de a coalizão conservadora com os social-democratas rachar se o premiê propuser, como já sinalizou, cortes de benefícios sociais.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250915>

MP do IOF foi ao Legislativo com "gordura" e mudanças não preocupam

Giordanna Neves e Andrea Jubé De Brasília

As concessões que estão sendo negociadas pelo deputado Carlos Zarattini (PT-SP) no relatório da medida provisória que prevê alternativas ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) já eram esperadas e são de conhecimento da equipe econômica. Segundo fontes do governo, o texto original da MP já foi enviado ao Congresso com uma "gordura" para viabilizar a negociação no Legislativo, porque os parlamentares precisam fazer ajustes no relatório para atender alguns setores e suas bases.

Na terça-feira (9), o Valor antecipou que Zarattini deve retirar do texto a tributação das debêntures incentivadas, que atualmente são isentas, e passariam a ser taxadas em 5%. Nos bastidores, integrantes do governo também levantam a possibilidade de manter a isenção de outros papéis, como Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Fundo de Investimento Imobiliário (FII). Um dos focos, contudo, continua sendo o início da taxação das letras de crédito imobiliário (LCI) e do agronegócio (LCA) em 5% de Imposto de Renda (IR) a partir de 2026.

A MP, na prática, foi costurada como uma forma de corrigir distorções no setor, já que, segundo integrantes do governo, os recursos captados por esses instrumentos, hoje isentos e responsáveis pela maior parte do volume, não vêm cumprindo plenamente os objetivos originais. A avaliação é de que o benefício fiscal não se traduz em ganhos efetivos para a ponta final da cadeia.

Concomitantemente, para quebrar a resistência à medida, o Ministério da Fazenda trabalha no lançamento de um pacote regulatório voltado aos respectivos setores - agronegócio e imobiliário - para garantir que os recursos incentivados sejam efetivamente direcionados ao alvo final, ampliando a oferta de crédito e reduzindo o custo das linhas.

Embora as medidas possam ser implementadas de forma infralegal, no âmbito do Conselho Monetário Nacional (CMN), a intenção do governo é construir com os setores a percepção de que existe um pacote capaz de melhorar as condições para as empresas, mesmo com o aumento da tributação dos títulos.

A menos de um mês do fim da vigência da MP, que perde a validade em 8 de outubro, Zarattini disse ao Valor que vai intensificar as negociações nesta semana. Ele pretendia apresentar o relatório nesta terça-feira (16), mas o esvaziamento do Congresso, em razão do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF), atrapalhou as conversas.

A Fazenda quer preservar a espinha dorsal do projeto que também aumenta a tributação das bets, das fintechs e do mecanismo de juros sobre capital próprio (JCP). Zarattini admitiu que a elevação da carga tributária sobre bets e fintechs é um dos pontos mais sensíveis no Parlamento.

No caso das fintechs, a MP prevê que a Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL) passará a ter duas alíquotas: de 15% e 20%. A faixa de 9% deixa de existir e, com isso, aquelas empresas atualmente tributadas nesse patamar subirão para a faixa dos 15%. Essa medida afeta apenas instituições financeiras, como as próprias fintechs.

Há resistência entre parlamentares, de igual forma, ao aumento da tributação sobre as bets, cuja alíquota seria elevada de 12% para 18%. A lei prevê que a arrecadação correspondente aos 6 pontos percentuais adicionais seria totalmente destinada para ações na área de saúde para tratar doenças decorrentes do vício no jogo.

No modelo atual, uma fatia da arrecadação (6,3%) é destinada a entidades privadas, como os Comitês Olímpico do Brasil (COB) e Paralímpico; outra parcela (86,4%) vai para o Tesouro Nacional, e o restante (7,3%) para direitos de imagem e de propriedade intelectual de atletas e organizações esportivas.

O Valor apurou que representantes das bets contestam o aumento da carga tributária e cobram aumento da fiscalização. O principal argumento é de que as empresas regularizadas, que estão pagando **impostos**, sofrem concorrência desleal com milhares de outras em situação ilegal, que continuam operando.

Dados da Fazenda mostram que há 182 bets em situação regular em funcionamento. De outro lado, de um ano pra cá, o governo derrubou mais de 18 mil

sites de apostas ilegais.

O trecho da MP que estabelece a unificação da alíquota de 17,5% sobre aplicações financeiras deve ser mantido. A MP também prevê a ampliação da compensação de ganhos e perdas no mercado. Antes, essa possibilidade existia apenas para operações em renda variável. Com a mudança, é possível, por exemplo, usar o rendimento da renda fixa para compensar prejuízos na renda variável.

Governo já admite possibilidade de manter isenção de CRI, CRA,

Fiagro e FII

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250915>

Fazenda mapeia fintechs para "secar" fluxo de bet ilegal

Ruan Amorim e Lu Aiko Otta

Na missão de combater o funcionamento de bets ilegais, o governo começou a montar uma "árvore" de informações sobre quais são os bancos e fintechs que prestam serviços a elas. No geral, esses negócios não autorizados se valem de contas de prestadores de serviços financeiros, também conhecidas como "contas-bolsão", majoritariamente em instituições que, pelo seu porte pequeno, estão no momento fora do radar do Banco Central - mas estão ao alcance da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, que tem atuado para "secar" o fluxo financeiro dessas bets.

"A gente começa a perceber que provavelmente esses prestadores de serviços, sejam as próprias instituições de pagamento, sejam pessoas intermediárias, também prestam serviço para outras atividades ilegais", disse ao Valor o secretário de Prêmios e Apostas, Regis Dudena, duas semanas após a deflagração de megaoperações que investigam a atuação do crime organizado no setor de combustíveis e a lavagem dos recursos em fintechs. "Essa é a impressão que a gente tem." As informações coletadas pela SPA são compartilhadas com órgãos como o Banco Central, a Polícia Federal e a **Receita Federal**, para que cada um atue na sua esfera de competência, disse o secretário.

Ele explicou que o trabalho da secretaria que lidera é desenvolvido em três frentes: coibir a publicidade de sites ilegais, "derrubá-los" e "secar" o fluxo financeiro desses negócios. Nas duas últimas, há conexões com o setor financeiro.

Na primeira metade do ano, a SPA "derrubou" 18 mil sites de apostas ilegais. "Uma vez que começamos a identificá-los, identificamos também quem eram os prestadores financeiros e quais eram as contas intermediárias desses prestadores financeiros", disse.

Muitas vezes, explicou o secretário, o fluxo das bets ilegais se dá em contas de prestadores de serviços. Elas servem para fins legais, mas também para "pessoa que eventualmente tenha qualquer espécie de restrição." São as chamadas "contas-bolsão" ou "contas-ônibus". Nas megaoperações no setor de combustíveis, foi constatado o uso delas para legalizar recursos do crime organizado.

Até o momento, foram identificadas de 300 a 400 contas desse tipo utilizadas por bets ilegais, informou. Em sua maioria, estão em instituições de pagamentos (fintechs) que, pelo seu porte, não precisam de autorização do Banco Central para operar.

"Qual é o principal motivo disso? É porque elas estão abaixo do radar de supervisão do regulador. O Banco Central não olhava para elas até esse momento, porque, para usar a expressão do setor financeiro, elas não tinham relevância sistêmica suficiente", contou Dudena.

Depois das megaoperações e de uma série de ataques hackers, essas instituições precisarão agora solicitar autorização ao Banco Central para seguir operando. O prazo final, que era dezembro de 2029, foi antecipado para maio de 2026, "à luz do envolvimento do crime organizado nos recentes eventos de ataques a instituições financeiras de pagamento", informou a autarquia no início deste mês.

"O que a gente sabe é que essas que prestam serviços para aquilo que nos parece ser ilegal provavelmente também prestam outros tipos de serviços para outros ilegais", comentou Dudena.

Além do mapeamento que começa com a derrubada de sites de apostas ilegais, existe um outro instrumento: a obrigação de bancos, fintechs e administradoras de cartões desenvolverem metodologias para identificar bets não autorizadas. Está previsto na lei que regula as apostas no Brasil. "Aqui, a gente tem dentes", frisou o secretário.

"Se conseguirmos que todas as instituições financeiras de pagamento e instituidores de arranjo não prestem serviços para casa de apostas, eles não têm como ganhar dinheiro com isso", comentou. "Então, a gente seca a parte financeira deles." Ele contou como as instituições conseguem identificar contas suspeitas. "Esse cara aqui, ele tem o registro de um vendedor de carros usados", exemplificou. "Só que aí você vê um monte de transferências de R\$ 100 à noite e fala: "esse cara não é um vendedor de carros usados. Ele está fazendo outra coisa." Em um caso como esse, as instituições precisam reportar a situação à SPA e dizer que há indícios de operação de uma bet ilegal. Além disso, devem encerrar a relação com aquele cliente.

Outra maneira que as instituições usam para detectar possíveis bets ilegais é monitorar o fluxo de pagamentos de pequeno valor via Pix antes de partidas de futebol - por exemplo, nas noites de quarta-feira. "Você identifica um pico de transferências para uma conta específica, vai olhar, e é uma padaria", contou. "Existe no mercado financeiro uma expressão que é o "conheça seu cliente", ou seja, é dever da instituição saber se essa "padaria" é uma padaria de verdade." Os reportes das instituições à SPA podem apontar para uma mesma direção. "Eu tenho quatro bancos que falam da mesma conta", exemplificou. "Então, a gente vai criando um quadro cada vez mais sólido de quem são esses prestadores de serviço financeiro." Na falta de colaboração das instituições, a SPA pode abrir processos. As multas aplicadas são de até R\$ 2 bilhões. A Medida Provisória (MP) 1.303, que eleva a tributação de bets e fintechs, também reforça essa possibilidade de punição. Além disso, o Projeto de Lei Complementar (PL) 182, que corta gastos tributários, abre caminho para cobrar das instituições os **impostos** que a bet ilegal deixou de recolher.

De acordo com dados da SPA, no primeiro semestre deste ano 24 instituições financeiras e de pagamento fizeram 277 reportes à SPA e encerraram contas de 255 pessoas físicas e jurídicas.

Na outra mão, a SPA oficiou 13 instituições de pagamento, requisitando informações e notificando para o encerramento de contas. Foram fechadas 45.

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

Supremo valida Selic para correção de dívidas civis

Marcela Villar

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que a taxa básica de juros, a Selic, deve ser o índice de correção para dívidas civis e indenizações. O julgamento foi unânime e terminou à meia-noite de sexta-feira, no Plenário Virtual. Prevaleceu o voto do relator, ministro André Mendonça. A decisão afeta cerca de seis milhões de processos no país, segundo informou o Superior Tribunal de Justiça (STJ) quando julgou o tema no ano passado.

A discussão impacta todas as relações de direito privado, como obrigações previstas em contrato de prestação de serviço, empréstimo ou casos que envolvem direito do consumidor e inadimplência - falta de pagamento de conta de água ou energia, cartão de crédito, atraso de voo e situações extracontratuais.

Segundo advogados, a questão ficou pacificada a partir de 2024, com a Lei nº 14.905, que mudou o Código Civil. A legislação estabeleceu novas regras para a atualização monetária e a aplicação de juros em casos de inadimplência - devem ser aplicados, respectivamente, IPCA e Selic. Para o cálculo dos juros, deverá ser deduzida a atualização monetária. Se a diferença entre esses valores for negativa, a taxa de juros considerada será zero para o período de referência.

A discussão foi levada ao Supremo depois de a Corte Especial do STJ decidir pela adoção da Selic. O julgamento, na ocasião, foi apertado, com diferença de um voto. O relator, ministro Luis Felipe Salomão, ficou vencido. Como o STF reafirmou o precedente, alguns especialistas dizem que houve harmonização dos entendimentos - entre as decisões dos tribunais superiores e a nova lei. Essa compreensão, todavia, não é unânime.

Os devedores saem vitoriosos com a decisão. Eles defendem a aplicação da Selic, pois, na prática, o valor da dívida fica menor se comparado à taxa de 12% ao ano e correção monetária que era usada pelos tribunais - cada um tinha sua regra e, em maioria, era aplicado o IPCA. Hoje, os percentuais estão próximos. Porém, a Selic já esteve mais baixa, chegando a 2% no período da pandemia da covid-19.

Segundo Leonardo Amarante, do Leonardo Amarante

Advogados Associados, que representa a credora no caso, aplicar a Selic reduz, em média, 30% do valor da indenização a ser recebida. No processo em análise, se aplicada a taxa básica, o valor da dívida de R\$ 20 mil iria para R\$ 37 mil. Se utilizada a taxa de 12% ao ano somada à correção monetária, seria de cerca de R\$ 51 mil.

Seis entidades estão como partes interessadas (amicus curiae). Entre elas, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), que defendem a aplicação da Selic. Já o Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) são contra.

No voto, o ministro André Mendonça diz inicialmente que não seria possível julgar o caso por questões processuais-seria necessário análise de lei infraconstitucional, o que é vedado pelo Supremo. Mas acrescenta que a jurisprudência do STF já reconhece a validade da taxa Selic como índice de correção monetária para atualizar condenações cíveis.

"Ainda que fosse possível superar o óbice acima apontado, melhor sorte não teria a recorrente. Isso porque a jurisprudência do Supremo Tribunal tem reconhecido a validade da Taxa Selic como índice de correção monetária e de juros moratórios e, ainda, a sua incidência para atualização de condenações cíveis em geral", diz Mendonça, citando precedente de 2021 em que a taxa foi aplicada em condenação judicial e aos depósitos recursais na Justiça do Trabalho (ADC 58).

O ministro também reafirma o julgamento do STJ. A discussão se baseou na aplicação do artigo 406 do Código Civil. O dispositivo determina que os juros moratórios, quando não estabelecidos em contrato, serão fixados pela taxa que estiver em vigor para o pagamento de **impostos** devidos à Fazenda Nacional. Defensores dos credores dizem que se aplicaria, então, o artigo 161 do Código Tributário Nacional (CTN), que determina a aplicação de juros de mora de 1% ao mês.

O caso analisado (RE 1558191) envolve condenação da empresa de transporte Expresso Itamarati, obrigada

a indenizar uma passageira. O motorista passou por uma lombada em alta velocidade e a passageira foi arremessada para o alto. Ela sofreu lesões que resultaram na invalidez para o trabalho que exercia, o de prestação de serviços domésticos.

O acidente ocorreu em março de 2013. Em 2016, veio a sentença que condenou a empresa a pagar indenização por dano moral em R\$ 20 mil. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) aplicou juros de mora de 1% ao mês a partir da data em que a empresa foi citada (novembro de 2014) e de correção monetária a contar da sentença (outubro de 2016).

A Expresso Itamarati reverteu o acórdão de segunda instância no STJ. Em seguida, a passageira recorreu ao Supremo. O advogado dela, Leonardo Amarante, diz agora que vai recorrer para que seja, pelo menos, aplicada a modulação dos efeitos - restringira aplicação da decisão para frente, como foi feito para correção de dívidas trabalhistas (ADC 58). Defende que a jurisprudência majoritária sempre foi contra a aplicação da Selic. "Todos os tribunais do Brasil, desde o Código Civil de 2002, aplicavam os juros de 12% e correção monetária. Não se tinha divergência." Segundo ele, quando a Selic foi para 2% em 2020, as empresas devedoras "ressuscitaram" um acórdão do ex-ministro Tcori Zavascki que defendia a Selic. "Criaram a narrativa de que haveria jurisprudência dominante, mas é o oposto", afirma. "Está se estimulando um calote, porque devedores estão usando o Judiciário e ganhando dinheiro." André Gondinho, sócio do Bichara Advogados, que representa a CN-Seg, defende que já havia jurisprudência favorável à Selic. "A decisão cria uma harmonia porque o STF já decidiu que se aplica a Selic para dívidas tributárias e trabalhistas", diz ele, citando julgamentos como o da ADC 58 e o da ADI 5867.

A taxa Selic, acrescenta, flutua de acordo com questões macroeconômicas. "Então é suficiente para fazer essa correção", afirma. Aplicar a taxa de 12% mais correção seria ir contra o artigo 944 do Código Civil, segundo Gondinho. O dispositivo estabelece que a indenização se mede pela extensão do dano. "A indenização não pode significar lucro", defende.

Em nota, a Febraban diz que aplicar a Selic "confere previsibilidade e estabilidade da aplicação das normas jurídicas públicas e privadas, prestigiando a segurança jurídica".

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

MASSACRE - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

É notória a insensibilidade dos Deputados Federais na questão dos aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, que têm seus proventos defasados há mais de três décadas. Tempo que são massacrados com a redução sistemática nos benefícios que recebem da **Previdência Social**. Não atendem a reivindicação constante do Projeto de Lei nº4434/2008, pendente naquela Casa Legislativa desde dezembro de 2008. E vamos repetir sempre: aprovado no Senado Federal e na Comissão de **Seguridade Social** e Família da Câmara Federal por unanimidade em 2008 e 2009, respectivamente. Esta reivindicação dos aposentados e pensionistas foi iniciada com o Projeto de Lei nº58/2003 e está, portanto, tramitando nas duas Casas Legislativas há 22 anos.

DIREITO

O que reivindicam aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, é um direito assegurado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que, em seu artigo 201, parágrafo 4º, consagra: "é assegurado o re-ajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei". Urge, que providências sejam adotadas para corrigir um erro crasso cometido contra aposentados e pensionistas, participantes do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), vinculados à **Seguridade Social**. Os recursos financeiros existem e estão contabilizados no Orçamento da **Seguridade Social**.

SUSTENTÁVEL

Aposentados e pensionistas não admitem que se propague a falência e a insustentabilidade da **Previdência Social**, garantindo que esta sempre foi sustentável e superavitária e isto está confirmado no relatório minucioso da Comissão Parlamentar de Inquérito (CIPREV), composta de Senadores da República, publicado em julho de 2017, com depoimentos de todos os segmentos envolvidos com assuntos da **Seguridade Social**, da qual faz parte a previdência, juntamente com as áreas de saúde e assistência social. Os números apresentados nesse relatório são significativos e elevam os resultados positivos, afirmando categoricamente que a **Previdência Social** é superavitária e teve seus recursos financeiros desviados para su-

prir outros programas de governo.

DEFASAGEM

A defasagem nos proventos das aposentadorias e pensões dos segurados do **INSS** é injustificável. Eis o motivo para reivindicarem a atualização e regularização dos seus proventos reduzidos, injustificadamente, desde setembro de 1991. A desvinculação do reajuste no mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo foi, como já dissemos anteriormente, um massacre sem precedentes, promovendo a desigualdade e a discriminação entre membros participantes de um mesmo Regime Previdenciário, dificultando suas vidas com prejuízos financeiros irreparáveis, principalmente na aquisição de alimentos e medicamentos, indispensáveis a uma manutenção adequada e qualificada de viver bem.

DESCONFORTO

É insuportável o barulho que fazem os motores "envenenados". À noite principalmente. Não há o respeito pelo sossego que todo ser humano é digno de tê-lo. O estrondo que fazem as máquinas é ensurdecedor, causando espanto e medo. Os delinquentes, ao que parece, procedem dessa forma para aterrorizar as cidadãs e os cidadãos belenenses que almejam um descanso sem atropelos e pavor de ouvir o barulho dos motores envenenados. Já é tempo das autoridades do Estado e do Município atuarem com firmeza na eliminação dessa ocorrência nefasta que acontece na nossa capital. Acreditamos que uma tropa de fiscalização poderá corrigir e impedir a atuação nefasta desses torturadores que só o mal e o desconforto causam à sociedade be-lenense.

ENVELHECIMENTO

Julgamos oportuno transcrever os artigos 8 e 9 da Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto da Pessoa Idosa: "o envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente. É obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade".

EDUCAÇÃO

"A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida"

(John Dewey).

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-1509202508%20-%20fde34aa01d4df81098479aaada98637c.pdf

Banco Central deve manter Selic em 15%

» ROSANA HESSEL

O Banco Central do Brasil realiza, nesta semana, a 6ª reunião do ano do Comitê de Política Monetária (Copom), e o consenso entre analistas ouvidos pelo Correio é de que, apesar da deflação de agosto divulgada na semana passada, a taxa básica da economia (Selic) será mantida em 15% ao ano e seguirá nesse patamar até dezembro, devido às pressões inflacionárias persistentes e ao quadro fiscal que segue deteriorado.

Especialistas consideram o recuo de 0,11% no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de agosto é pontual e, de certa forma, artificial, pois é resultado do bônus de Itaipu na conta das famílias brasileiras. Esse crédito neutralizou qualquer alta do indicador da **inflação** oficial, e, sem esse artifício contábil, o IPCA teria ficado positivo em 0,25%, próximo ao patamar de julho, de 0,26%, conforme cálculo de Fábio Romão, economista senior da 4Intelligence.

Os diretores do BC, que estarão reunidos nos próximos dias 16 e 17 no Copom, devem considerar que o ciclo de queda dos juros só deverá começar no primeiro trimestre do próximo ano e o ritmo do corte será gradual, na avaliação dos analistas. Como 2026 é ano eleitoral, o governo federal e os regionais devem manter os gastos elevados para continuarem no poder. Assim, para entregar a **inflação** no centro da meta, de 3%, o BC terá mais trabalho, e o presidente Gabriel Galípolo seguirá mantendo a mesma sinalização dura no combate à **inflação** do antecessor, Roberto Campos Neto.

A mediana das estimativas do mercado para a taxa Selic no fim de 2026, coletadas pelo BC no boletim Focus, está em 12,50% anuais. Analistas não descartam juro até maior por conta de estímulos fiscais que devem ser adotados na campanha eleitoral, pressionando a **inflação**.

De acordo com os analistas, o quadro fiscal vai determinar o ritmo do corte de juros pelo BC ao longo de 2026, pois a **inflação** continuará elevada. Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, por exemplo, acredita que os juros básicos devem começar a cair no início do ano que vem, mas eles devem encerrar dezembro entre 13% e 14% anuais, devido a esse cenário mais desafiador no próximo ano para o BC. "O fiscal vai ditar o ritmo de queda dos juros, mas sabemos que não haverá muita novidade, porque a expectativa de todo mundo é que o ajuste

fiscal só vai ocorrer em 2027" afirma Vale.

O economista André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), também não vê espaço para o Copom reduzir a taxa Selic ainda, mesmo com a deflação em agosto, que é temporária. Para setembro, quando não haverá o desconto do bônus de Itaipu, Braz prevê os preços da energia subindo 10% e o IP-CA encerrando mês com alta entre 0,3% e 0,4%. "Os movimentos de queda na **inflação** ainda são precoces. O momento ainda é de grande instabilidade e é preciso ver como essa **inflação** vai se comportar, pelo menos, até o fim do ano" alerta. Braz admite que, nos próximos meses, é provável que os preços dos alimentos voltem a subir, apesar da recente queda por conta do aumento da oferta doméstica de alguns produtos devido à suspensão de exportações para os Estados Unidos por conta do tarifaço.

Para os próximos meses, analistas reconhecem que há incertezas sobre o comportamento dos preços em função da perspectiva de novas medidas prometidas pelo presidente norte-americano Donald Trump após a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) a 27 anos de prisão determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da trama golpista.

No acumulado em 12 meses até agosto, o IPCA avançou 5,13% e segue acima do teto da meta, de 4,50%. A mediana das projeções do mercado para o indicador de carestia coletadas no boletim Focus, do Banco Central, está em 4,85%, para este ano.

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, avalia que os dados do IPCA de agosto mostram que houve uma inflexão na **inflação**, mas o problema, agora, será a discussão sobre o ritmo da convergência para o centro da meta, de 3%. "Por conta disso, nem a estratégia nem a comunicação do BC devem mudar, e o Copom deve sinalizar a manutenção dos juros por um bom tempo" destaca. Ele prevê que a Selic continuará em 15% ao ano até março de 2026.

Riscos no radar

Especialistas alertam que há dados preocupantes do IPCA que devem estar no radar do BC. "A deflação do IPCA de agosto não pode ser considerada um número bom. "Mesmo o acumulado em 12 meses se aproximando de 5% será revertido em setembro, quando deverá voltar para níveis próximos de 5,30%. Ou seja, a deflação de agosto é enganosa e não muda

em nada as nossas projeções de que o IPCA fechará 2025 em 5%"" avalia Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners. A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, destaca que alguns dados do IPCA são preocupantes, como a persistência da pressão inflacionária em serviços. "O Banco Central deverá avaliar esse quadro. Apesar de alguns dados positivos no IPCA de agosto, a **inflação** continua acima da meta", alerta.

Pelas projeções da Tendências, a taxa Selic deverá começar a cair em janeiro e terminar o ano em 12,50% anuais. "Ainda assim será uma política monetária apertada, mesmo com a redução dos juros, e, por isso, o BC seguirá com o discurso duro para o combate à **inflação**" ressalta Ribeiro.

Economista e professora do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), Juliana Inhasz também não vê espaço para o BC afrouxar a política monetária no momento atual, principalmente porque o quadro fiscal seguirá preocupante e deve determinar o ritmo de queda dos juros. "Nas entrelinhas dos comunicados, vemos que o Copom está fazendo a parte dele para tentar fazer a **inflação** convergir para a meta, mas o governo não faz a dele do lado fiscal", ressalta apontando a trajetória da dívida pública, que segue crescendo de forma expressiva.

No próximo ano, a dívida pública bruta deverá superar 80% do Produto Interno Bruto (**PIB**) pelas projeções do mercado. Inhasz atribui os juros elevados a esse quadro fiscal pouco animador e aponta problemas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2026, enviado pelo governo ao Congresso no fim de agosto, como prevendo o cumprimento da meta de superavit primário de 0,25% do **PIB**. Para ela, a meta não é factível uma vez que as projeções do mercado indicam rombo fiscal até 2028. "O Ploa de 2026 é um show de horror, porque os gastos estão subestimados, com vários descontos de despesas, e as receitas continuam incertas" pontua. "O BC terá muita dificuldade para conseguir efeito na política monetária, porque continuará sozinho no controle da **inflação** e, por causa do quadro fiscal, a Selic continuará elevada", emenda.

Ao analisar o Ploa do próximo ano, o economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros, estima que as receitas estão superestimadas em R\$ 111 bilhões e, nas despesas, há vários gastos que não estão incluídos. "O Ploa está muito otimista e tem ajustes apenas pelo lado da receita", lamenta.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/09/15/all.pdf>

Similaridades entre BC e Fed - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

Na terça e na quarta-feira, o Comitê de Política Monetária do Banco Central e o Board of Governors do Federal Reserve se reúnem para discutir as taxas de juros no Brasil e nos Estados Unidos. As coincidências de momento vão além das datas.

Ambas as autoridades monetárias avaliarão taxas de juros em níveis altos, pelo padrão de cada país. Diante de sinais de inflação resiliente, ambas estão sob certa pressão política, com sua independência sendo testada. É um momento em que é necessário reafirmar a necessidade dessa independência, pelo bem das duas economias.

No Brasil, o Copom não tem uma decisão difícil à frente. Não há mudanças no cenário que justifiquem mexer na taxa Selic, atualmente em 15% ao ano. Na semana passada, o IPCA registrou deflação de 0,11% em agosto. Mas foi uma queda pontual. Além disso, como a inflação anual ainda está acima da meta, o mais provável é a manutenção dos juros no patamar atual.

Nos Estados Unidos, a inflação de agosto registrou alta de 2,9% em relação ao mesmo mês do ano passado, uma aceleração sensível. Mas, ao mesmo tempo, o mercado de trabalho começa a enfraquecer. Há uma expectativa no mercado de que o Fed comece a reduzir, com cautela, a taxa de juros - hoje entre 4,25% e 4,5% ao ano, alta pelos padrões americanos.

O Fed é independente desde 1935, o Banco Central atingiu este nível em 2021, e ambos enfrentam pressões

A reunião do Fed está cercada de certa tensão pela participação da diretora Lisa Cook, que o governo Trump tenta remover para indicar um substituto. Na semana passada, a Justiça manteve Cook no cargo até a análise do mérito. É a primeira vez em 90 anos que um presidente tenta trocar um diretor do Fed antes do fim do mandato. No Brasil, há duas semanas, o Congresso aventou a possibilidade de examinar um projeto de lei que permitiria a parlamentares remover diretores do Banco Central.

Para o bem do País, o projeto foi esquecido.

O Fed é independente desde 1935, o Banco Central atingiu este nível em 2021. A coincidência na pressão política sobre as duas instituições mostra que a independência das autoridades monetárias não é garantida para sempre; deve, sim, ser defendida e exercida constantemente para fortalecer as instituições. Autoridades monetárias servem para garantir a estabilidade das economias, uma tarefa que exige olhar de longo prazo e imunidade ao imediatismo da política.

Na terça-feira, diretores do BC e do Fed examinarão dados sobre as economias dos seus países. Na quarta-feira, discutirão e tomarão decisões técnicas, baseadas nos dados, com vista à estabilidade das economias de Brasil e Estados Unidos no longo prazo. É assim que deve ser, é para isso que servem o BC e o Fed.*

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Entre a política e a economia - CARLOS ALBERTO SARDENBERG

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

O dólar caiu, e o real se valorizou na última sexta-feira, primeiro dia útil depois da condenação de Bolsonaro. Foi um movimento expressivo. O dólar fechou a R\$ 5,35, nível mais baixo desde junho de 2024. Na semana do julgamento, a moeda americana acumulou queda de 1,10%, algo que não se via faz tempo.

Se a cotação do dólar é um indicador do nível de estresse no mercado, então parece que vai tudo bem por aqui. E não apenas no mercado financeiro. Todos costumam olhar a taxa de câmbio por um viés bem definido: dólar caro assusta - e como! -, dólar barato alivia. Isso mesmo que não haja viagem marcada para o exterior.

Sabemos que, em política econômica, a coisa não é bem assim. A liderança da indústria brasileira também está sempre de olho no dólar, mas com viés invertido. Para ela, o ruim é justamente o dólar barato, porque facilita as importações, assim aumenta a competição com o produto nacional. As agências de turismo internacional, ao contrário, se preocupam quando o dólar fica caro.

Como dizem os próprios economistas, não é trivial entender os movimentos da atividade econômica e, especialmente, do mercado financeiro. Não se pode dizer que a queda da moeda americana na semana do julgamento foi sinal de calma no mercado, na sociedade e na política. Mesmo porque o dólar caiu em relação às moedas de todos os principais países emergentes. Sabem onde caiu mais? Na Rússia, metida numa guerra e alvo de sanções econômicas. O real foi a segunda moeda mais valorizada, atrás apenas do rublo.

Mas a Bolsa brasileira (B3) caiu na sexta-feira, interrompendo um movimento consistente de alta. Aqui, analistas arriscaram uma explicação, digamos, política. Haveria no mercado temor de danos à economia brasileira por conta de eventuais sanções de Trump. Nessa linha, ficamos assim: o real valorizou-se porque não vieram as sanções americanas; a Bolsa caiu porque as sanções ainda podem vir. A especulação fica ao gosto do freguês.

O que temos de mais concreto ou menos especulativo? Nesta semana, o Federal Reserve (Fed,

o banco central americano) deverá iniciar o ciclo de redução da taxa básica de juros. Diretores do Fed sinalizaram nessa direção. E isso, juros menores lá, enfraquece o dólar. Investidores internacionais saem à cata de juros mais altos nos países emergentes, valorizando as moedas locais. Faz sentido. A desvalorização do dólar é global, e isso favorece as exportações americanas. Mas, para que a tendência internacional se realize por aqui, é preciso haver um ambiente favorável ou, pelo menos, neutro.

Como estamos? A **inflação** está em queda e também as expectativas. O crescimento se segura na casa dos 2%. Não é bom. Embora em queda, a **inflação** corrente roda pouco acima dos 5%. Continua, assim, superando o teto da meta. O nível de crescimento é inferior à expansão do **PIB** do ano passado, de 3,4%. Há clara desaceleração. Piorou, portanto. Mas não aconteceu o desastre. Lembra-se? O dólar virou o ano a R\$ 6,20, em meio a péssimas expectativas. E a B3 estava 20% abaixo do nível atual. As perdas provocadas pelo tarifaço têm sido controladas, embora empresas de alguns setores tenham sofrido prejuízos expressivos. Os exportadores buscam novos parceiros.

Em resumo, o Brasil vai levando. O problema econômico mais grave continua no cenário. O governo gasta mais do que arrecada e precisa tomar dinheiro emprestado para fechar as contas. A dívida segue em perigosa trajetória de alta. Mas há aqui certo conformismo. A sensação de que o governo Lula vai levar assim, ficando qualquer expectativa de reformas para a próxima gestão. Por isso, o medíocre de hoje parece bom. E o que temos.

Na política e na sociedade, o julgamento foi um feito histórico. Chamou a atenção do mundo todo. Para o presidente Trump, foi um mau exemplo: quer dizer que golpistas podem ser apanhados? Daí o temor de que venham novas sanções econômicas. Não estamos livres disso, nem da polarização interna, que já aparece na disputa em tomo da anistia. Vai ver, a política é mais difícil que a economia.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O pesado impacto do risco fiscal sobre os juros de longo prazo - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Os juros de longo prazo continuam teimosamente acima de 7% ao ano, descontada a **inflação**, mesmo num cenário em que o dólar perde força e chega a ser negociado na casa de R\$ 5,35. São taxas muito altas e insustentáveis, indicando o impacto das incertezas em relação às contas públicas sobre os juros reais. Nos atuais níveis, eles são um entrave ao crescimento a um ritmo mais forte e têm elevado custo fiscal. No câmbio, o enfraquecimento do dólar no mercado global e a diferença entre as taxas de juros internas e externas têm feito o real ganhar força em relação à moeda americana, mesmo com os problemas fiscais do país.

Nesta semana, o Comitê de Política Monetária (Copom) se reúne para definir a Selic, devendo manter a taxa em 15% ao ano, um nível também altíssimo, superior a 10% quando se desconta a **inflação** projetada para os próximos 12 meses. Com a desaceleração da economia e a melhora, ainda que tímida, das expectativas inflacionárias, o Banco Central (BC) deverá começar um ciclo de corte dos juros no fim deste ano ou, mais provável, no início do ano que vem. O consenso de mercado aponta para uma taxa de 12,5% no fim de 2026, enquanto alguns mais otimistas acreditam que ela poderá cair abaixo de 12% - o Bradesco. por exemplo, projeta 11,75%.

A queda da Selic, desse modo, não deverá ser das mais intensas, mas é possível que o recuo das taxas de longo prazo seja ainda mais modesto, como avalia Samuel Pessoa, pesquisador do BTG Pactual e do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). "O juro longo elevado é a expressão, no mercado, de insustentabilidade da política econômica", diz Pessoa. Para ele, o ciclo de cortes da Selic que deve ocorrer em 2026 tende a ter um "impacto bem moderado" sobre os juros de longo prazo.

"A curva de juro se inclinará ainda mais, pois as taxas de curto prazo se reduzirão e as longas não o farão da mesma forma", afirma ele, para quem o mesmo pode

ocorrer com as taxas nos EUA. O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) está prestes a iniciar um processo de queda dos juros nos EUA, que não deve ser acompanhado na mesma intensidade pelas taxas de prazos maiores, dada a piora da percepção do risco fiscal por lá. "Os EUA viraram um país emergente", diz Pessoa.

Para ele, o nível elevado dos juros de longo prazo se deve ao fato de a política econômica ser insustentável. "Essa insustentabilidade sinaliza um ajuste à frente, e não se sabe os termos em que se dará o ajuste. Essa é a fonte dos juros longos elevados", afirma Pessoa. Segundo ele, a política econômica brasileira é insustentável pela dinâmica da dívida pública, que piora pela descoordenação da política monetária e da fiscal. Como a última é muito frouxa, a primeira tem que ser muito contracionista.

O risco fiscal retira horizonte da economia, diz Pessoa. Os elevados juros de longo prazo são um reflexo disso. As taxas dos títulos do Tesouro corrigidos pela **inflação** com vencimento em 2045 e 2050 estão acima de 7,3% ao ano. Em novembro de 2019, esses juros chegaram a 3,3%, num momento em que a reforma da Previdência era aprovada pelo Congresso e o teto de gastos ainda era visto como um instrumento que controlava o avanço das despesas públicas.

O teto ruiu ao longo do governo Bolsonaro, e um novo arcabouço para as contas públicas foi aprovado em 2023 pelo governo Lula. O novo regime fiscal, porém, já deu sinais claros de esgotamento. As metas fiscais são cumpridas com várias exceções ao limite de gastos, e as projeções indicam que o arcabouço não estabiliza a dívida pública ao longo do tempo.

As estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI) apontam que o endividamento bruto do governo geral atingirá 82,4% do **PIB** no fim do ano que vem, uma alta superior a 10 pontos percentuais do **PIB** em relação aos 71,7% do **PIB** do fim de 2022. Pelas previsões da IFI, a dívida bruta, um dos principais indicadores de solvência do país, continuará em alta e alcançará 124,9% do **PIB** em 2035.

Esses números indicam a necessidade de um novo regime fiscal, mudança que deverá ficar apenas para 2027, após as eleições presidenciais do ano que vem.

Com o atual arcabouço, as despesas obrigatórias vão comprimir os gastos discricionários, consumindo já em 2027 quase todo o espaço para o custeio da máquina pública e o investimento. Sem medidas para controlar o ritmo de expansão das despesas obrigatórias, não será possível fazer um ajuste estrutural das contas públicas, com a geração de superávits primários (que excluem gastos com juros) suficientes para estabilizar o nível de endividamento como proporção do **PIB**.

A opção do atual governo é empurrar as dificuldades fiscais com a barriga até o fim do ano que vem, adotando medidas pontuais para cumprir as metas do arcabouço e abrindo exceções ao limite de despesas. Até lá, não vai ser discutida a desvinculação dos benefícios previdenciários do salário mínimo, e nem as despesas com saúde e educação deixarão de seguir a variação das receitas.

Nesse quadro, os juros de longo prazo continuarão muito elevados, em níveis que não podem ser mantidos indefinidamente. Taxas acima de 7%, descontada a **inflação**, obviamente não são sustentáveis do ponto de vista das contas públicas, além de serem um obstáculo ao crescimento da economia a um ritmo mais forte.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250915>